

ECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO
JUNHO 1992

EDIR 0114

ÍNDIOS ACREANOS:



A chegada da
emancipação

*Kaxinawás, apurinãs, katukinas
e yawanawás são os responsáveis pela
educação em 28 aldeias e dezenas
de monitores indígenas cuidam da
saúde de suas tribos*

Carlos Lopes

Os desenhos e histórias destas páginas
foram feitos pelos índios e editados
nas cartilhas Escolas da Floresta,
Cartilha do Índio Seringueiro
e Cartilha de Geografia



Conferência Interparlamentar

A União Interparlamentar e o Congresso Nacional do Brasil promovem em Brasília, de 23 a 28 de novembro, a Conferência Interparlamentar sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.

A conferência reunirá parlamentares de todo o mundo, para discutir os resultados da Rio-92, especialmente o processo de ratificação dos acordos e convenções nos respectivos parlamentos.

Informações: tel.:(061) 311-7210/224-4917

Fax: (061) 224-5499/321-8722

Fazenda Alegria

Dois anos depois de inaugurada, após ter passado por várias dificuldades, a Fazenda Alegria já pode comemorar seu sucesso, tornando-se um dos primeiros empreendimentos a aliar lazer com aspectos da vida rural e educação ambiental.

A fazenda tem um milhão de metros quadrados de área verde, remanescente da Mata Atlântica, em Vargem Pequena, Rio de Janeiro. Estacionamento, alimentação saudável, cachoeiras, piscinas naturais e passeios com guias, além de atrações para crianças, são alguns dos serviços oferecidos.

Novas atividades já estão sendo planejadas para breve, como cursos de extensão, para empresas, sobre educação ambiental, salas de vídeo e teatro infantil.

Empresas, órgãos governamentais e não-governamentais ou pessoas que queiram conhecer o projeto ou colaborar com ele podem entrar em contato com André Binnois, tel.: (021) 342-9066.

Congresso no Canadá

Um Congresso Mundial para Educação e Comunicação em Meio Ambiente e Desenvolvimento será realizado em Toronto, Canadá, de 17 a 21 de outubro deste ano. O objetivo do evento – que comportará, também, uma exposição e um festival de artes – é estimular a troca de informações sobre experiências bem-sucedidas na área de qualidade da educação e da comunicação com vistas ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentado.

Empresas, organizações governamentais e não-governamentais expõem programas e técnicas dedicados à preservação do meio ambiente e ao desenvolvimento sustentado.

Os interessados em participar devem escrever para Congress Canada, 191, Niagara Street, Toronto, Ontário, Canada M5V 1C9. Telefone: 1-(16)-860-1772.

Fax: 1-(16)-860-0380.

Projetos FBCN

A Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN) está contactando empresas com o objetivo de conseguir recursos para a implantação definitiva dos trabalhos de proteção às baleias jubarte, ameaçadas de extinção.

Outro projeto do FBCN em andamento é a reinauguração, em junho, do Centro Educativo de Poço das Antas, com obras financiadas pela Embaixada do Canadá. O Centro desenvolve programas de educação ambiental para a comunidade de Silva Jardim, onde fica a Reserva Biológica de Poço das Antas, e onde vivem, aproximadamente, 500 mi-cos-leões-dourados.

As empresas ou pessoas físicas interessadas em colaborar com qualquer dos projetos da FBCN podem procurar a entidade: Rua Miranda Valverde, 103, Botafogo, Rio de Janeiro, CEP 22281, ou pelo telefone (021) 266-5008, com Francelino José.

Direito Ambiental

A Escola Superior de Advocacia (ESA/RJ), da Ordem dos Advogados do Brasil, seção Rio de Janeiro, abre novas inscrições para o curso de Direito Ambiental, segundo semestre.

As vagas, ainda em número indefinido, serão distribuídas em dois turnos, para advogados inscritos na OAB-RJ, quites com a entidade.

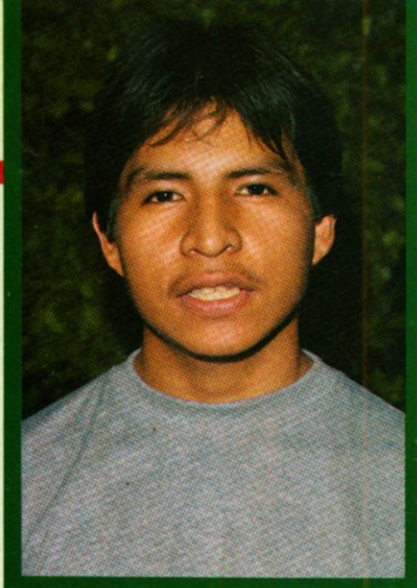
O currículo desse curso de Direito Ambiental abordará temas de Direito Constitucional, Administrativo, Civil, Penal, Processual e Internacional, totalizando 51 aulas, de uma hora e meia cada, com carga horária total de 76,5 horas.

Informações com o advogado Humberto Adami, da Comissão de Direito Ambiental da OAB-RJ, tel.(021) 240-6496.

Língua xavante

O Centro de Documentação Indígena da Universidade Católica de Campo Grande (MS) elaborou um curso de língua xavante por correspondência. A idéia e a autoria do curso são do linguista salesiano George Lachnitt, autor também de um dicionário e uma gramática de língua xavante.

Os inscritos receberão, pelo correio, quinzenalmente, um fascículo com um texto em xavante, sua tradução e as explicações gramaticais. Até o final do curso, o aluno estará apto a ler, em xavante, alguns dos mitos da tribo. Os interessados no curso de xavante por correspondência podem escrever para o Centro de Documentação Indígena, Caixa Postal 62, Campo Grande (MS). O curso é gratuito, mas o dicionário custa Cr\$ 3 mil e a gramática, Cr\$ 5 mil.



Joaquim Luiz Yawanawá
estuda informática
para ajudar seus
irmãos índios

ANDRÉ LOUZEIRO

O índio pára na praça das barcas de Niterói e olha a estátua de Araribóia, guerreiro que ajudou os portugueses a abortarem a Invasão Francesa do Rio, no século XVI, quando surgiu a antiga capital fluminense. A trajetória de Araribóia é conhecida, mas a história do anônimo índio acreano ainda está para ser escrita.

Ele foi registrado Joaquim Luiz Yawanawá, mas é tratado pelos Yawanawás, do alto rio Gregório, no Acre, pelo nome que recebeu quando nasceu: Tashkã Peshaho. Joaquim, 18 anos, está na Universidade Federal Fluminense (UFF), como aluno visitante, fazendo um curso de programador, a fim de contribuir para que os índios do Acre conquistem o direito à autodeterminação.

Joaquim estuda na capital acreana há três anos, e quer ser antropólogo para escrever sobre sua gente. "Os velhos estão se acabando e os novos não sabem muito", lamenta. Em Rio Branco, faz um programa semanal – "Rádio verde floresta" –, transmitido pela Rádio Difusora. É um serviço voltado para os povos da floresta, com informações sobre doenças, denúncias de agressão ao meio ambiente e muita música indígena. Quando vão a Rio Branco, os índios não deixam de passar na rádio para dar um recado na língua de seu povo.

Joaquim Yawanawá – um funcionário da floresta, no dizer das lideranças – ainda é responsável pela edição do jornal "Yumaki", que difunde as informações escritas nas aldeias pelos alunos e professores indígenas. Atualmente, vivem em terras do Acre e do Sudoeste do Amazonas 13 grupos, com uma população estimada em dez mil índios.

O jornal é impresso no setor gráfico da Comissão Pró-Índio (CPI-AC), onde Joaquim trabalha. Com a ajuda do computador, ele também participa da edição de materiais didáticos que chegam às escolas indígenas e aos cursos de formação de monitores de saúde. A vinda de Joaquim a Niterói, em companhia de Nonato Macedo, do Conselho Nacional de Seringueiros de Cruzeiro do Sul (AC), é consequência do trabalho desenvolvido pela CPI-AC, que começou na luta pela demarcação das terras indígenas, na segunda metade da década de 1970. A partir de 1983, atendendo a uma reivindicação da comunidade, a entidade voltou-se para a formação de professores e agentes de saúde indígenas.

"Nós queremos aprender a fazer contas, tirar nossos saldos, não queremos mais trabalhar para os patrões dos seringais. Queremos ler os nossos talões de

mercadorias para saber o valor da nossa produção de borracha."

Este trecho é de uma carta datada de 1982, na qual as lideranças Kaxinawás (o maior grupo do

Acre, com uma população de cerca de três mil pessoas) denunciaram as péssimas condições de ensino em suas áreas. O documento propunha que os índios fossem preparados para desempenhar, eles mesmos, a função de monitores de ensino e saúde.

No final do século passado, com a formação dos primeiros seringais nos vales do Juruá-Purus, as tribos passaram a ser obrigadas ao trabalho compulsório. A decadência da empresa seringalista, a partir dos anos 1950, deu margem a um novo empreendimento econômico na região: as frentes agropecuárias. Na década de 1970, inúmeros seringais foram adquiridos no intuito de se criar um mercado de terras. Os novos investidores, que não levaram em conta a capacidade de resistência de seringueiros e índios, promoveram a queima de casas, prisões, ameaças e assassinatos. Mais tarde, com o início dos grandes projetos de desmatamento, muitos índios foram transformados em peões ou trabalhadores braçais.

A partir de 1976, o surgimento das entidades de apoio às comunidades contribuiu para a tomada de consciência dos direitos indígenas. Desde então, várias comunidades passaram a se organizar em cooperativas, visando à ocupação produtiva de suas terras. Os índios começaram a produzir borracha e castanha de forma independente dos antigos patrões.





RENATO A. GAVAZZI

Escola Nova Mágica,
na área indígena
do grupo Kaxinawá
do rio Jordão

O ensino desenvolvido entre os índios tem reproduzido as relações de dominação e desigualdade da sociedade nacional. A catequização, iniciada pelos jesuítas no período colonial, se repete até hoje através do trabalho educativo de diversas missões religiosas de origem estrangeira, atuantes em grande parte das áreas indígenas brasileiras. A integração e assimilação do índio à sociedade tem sido a principal meta da educação indígena nacional, com consequências drásticas na destruição de línguas e culturas milenares. Para realizar um trabalho de apoio à mudança nessas relações de dominação, a CPI-AC baseia sua filosofia de atuação no projeto de autonomia e progressiva autodeterminação destes grupos. "A escola deve habilitar os membros da comunidade ao exercício consciente dos novos papéis sociais na etapa atual de relações de contato com a sociedade brasileira", diz Nietta Lindenberg Monte, fundadora e consultora pedagógica do projeto educacional da CPI-AC.

O apoio técnico da CPI-AC já permitiu a formação de 37 professores bilíngues, que dão aulas em suas aldeias e, duas vezes por ano, fazem curso de atualização em Rio Branco. Os pioneiros no trabalho de formação foram 25 jovens dos grupos Kaxinawá, Apurinã, Katukina, Yawanawá, Mâxineri e Jamináwa, todos indicados pelas lideranças das aldeias. Inicialmente, os cursos centravam suas atividades na alfabetização bilíngue e nas primeiras contas, correspondendo a uma parte do primeiro grau. A equipe da CPI-AC, com apoio de especialistas nas diversas áreas de conhecimento envolvidas nesta formação, acompanha 28 escolas indígenas, estimulando a construção de um projeto educativo de acordo com os interesses das comunidades. "A montagem do currículo, definição de calendário e dos sistemas de avaliação são feitos pelos próprios índios", explica Nietta Monte. "Eles têm o controle do processo educativo e são os sujeitos dessa emancipação mais ampla, da qual a es-

cola é um dos instrumentos."

Um convênio assinado em 1985 entre a CPI-AC, a Secretaria Estadual de Educação e a Funai tem garantido a autonomia curricular e administrativa da escola.

Desenvolver a educação popular com base científica é o maior de-

safio dos professores-médicos do curso de formação de monitores de saúde. O trabalho foi iniciado em 1986 e é coordenado pelo médico Paulo Alencar, da CPI-AC. A proposta é construir o conhecimento estabelecendo relações novas, sem deixar de respeitar os valores étnicos e levando em consideração os métodos tradicionais. Se os pajés tratam das "doenças de índio", com ervas medicinais, cipó e raízes, os monitores cuidam das doenças trazidas pelo contato, que já dizimaram um grande contingente da população indígena.

O curso tem duração de 90 dias e é realizado duas vezes por ano. Recebe em média dez alunos, indicados pelas lideranças. Atualmente, alguns seringueiros não-índios, membros das reservas extrativistas, também fazem a formação. O objetivo é proporcionar um melhor nível de saúde, tornando a população da floresta menos dependente dos recursos externos, sempre raros e insuficientes.

Assessorado por professores da UFF, o curso está dividido em duas etapas. Na primeira, realizada no laboratório da CPI-AC durante dois meses, é feito o estudo da estrutura e função do corpo humano. A segunda etapa, desenvolvida nos centros de saúde da secretaria estadual, é de patologia e clínica. A metodologia se baseia no processo de investigação, onde o aluno identifica problemas e constrói relações entre causa e efeito. "Uma das dificuldades é a representação das situações estudadas através da escrita, pois trata-se de sociedades de tradição oral", diz a professora Anna Bazin, da Faculdade de Medicina, uma das coordenadoras de clínica médica. "Tal dificuldade é compensada por uma percepção e memória bastante desenvolvidas, já que a construção do conhecimento destes grupos se dá numa relação direta entre sujeito e objeto, sem intermediação da escrita."

O trabalho como professor de anatomia entre agentes de saúde do Acre fez com que o professor Antônio Carlos da Silva, subchefe do Departamento



RENATO A. GAVAZZI

de Morfologia do Instituto Biomédico, mudasse sua maneira de trabalhar na Universidade. "A troca das aulas expositivas pela investigação alterou completamente os índices de reprovação, que eram de 30 a 40 por cento e, no semestre passado, foram de apenas meio por cento", diz.

A professora Anna Bazin, que trabalha há 23 anos no isolamento de doenças infecciosas, também modificou seus conceitos: "Sem desprezar o primordial na acelerada evolução da ciência, estou dando muito mais valor às coisas básicas."



Escola Bom Futuro,
construída em 1987
na aldeia Bomdo,
no rio Jordão



História presente do povo Huni Kui

A história do nosso povo Kaxinawá junto com os brancos tem mais de 100 anos. Tudo começou com as correrias, quando os patrões de seringais foram tomando a bala nossas terras e abrindo colocações de seringa e colocando os seringueiros dentro. Era o tempo da febre da borracha.

Esses primeiros brancos só viam o índio como ameaça que era preciso matar para ficarem sossegados em seus seringais. Mataram a bala muitos dos nossos parentes, cercavam as nossas malocas e atiravam juntos, matando crianças, mulheres e velhos.

Muitos Kaxinawá conseguiram fugir para o fundo das matas ou mudaram-se para outros rios. Nosso povo dispersou por tudo quanto é canto. Os que escaparam espalhavam-se pelos rios Tarauacá, Envira, Purus, Curanja, Muru, Humaitá, Jordão, Tejo, Breu e Juruá. Mesmo assim, passaram depois a trabalhar como verdadeiros escravos dos patrões dos seringais que então ocupavam nossas terras.

Passamos a trabalhar para os seringalistas, abrindo ramais e varadouros na mata, para o transporte da borracha. Carregamos muita borracha nas costas ou descendo as correntezas dos rios e igarapés. Varejamos muitos dias de ubá, brocamos e derrubamos as matas e plantamos muitos roçados nas sedes dos seringais. Aprendemos a cortar seringa e passamos a pagar renda das estradas de seringa.

Passamos a viver sem direito a nada e escravizados pelas dívidas com os patrões, que pagavam muito baixo o preço de nossa borracha e de nosso trabalho. Chegou ao absurdo de em nossa terra, no Jordão, ter arrendatário ou proprietário que se diziam donos de nossos parentes e de toda nossa floresta. Muitos parentes foram marcados no corpo com as iniciais do nome de Felizardo Cerqueira ou FC em seus braços, para dizer que aqueles índios pertenciam a ele.

Vivemos assim muitos anos como verdadeiros escravos, do início do século até 1975, quando o Txai Terri Vale de Aquino começou a fazer um levantamento da situação dos Kaxinawá que viviam espalhados pelos muitos rios e afluentes do Purus e Juruá. Ficamos sabendo que tinha lei neste país que dava direito às nossas terras e à melhor assistência para as nossas comunidades. Com este estudo a Funai começou a identificar e a delimitar nossas áreas indígenas. Muitas foram delimitadas apenas no papel.

As nossas terras continuavam na mão dos antigos patrões, que ainda estavam comprando os seringais



com o índio e o seringueiro dentro. Quer dizer, compravam nossas terras com nós todinhos dentro. Foi assim que cansamos de esperar as promessas da Funai, demarcamos as nossas terras, tirando todos os patrões e invasores.

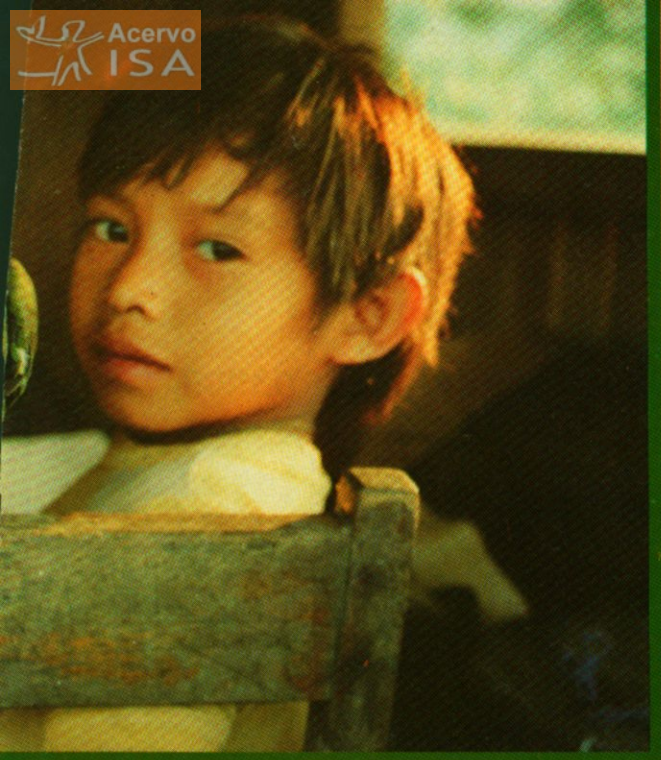
Tivemos que criar a nossa cooperativa de produção e consumo. Começamos a deixar de pagar renda das estradas de seringa e não entregar mais nenhum quilo de nossa borracha para eles. A cooperativa surgiu com ajuda da própria comunidade: como não tínhamos dinheiro para comprar instrumento de trabalho, resolvemos fabricar muito artesanato. Em 1978, juntamos e vendemos tudo para a Universidade Federal do Acre. Com esse dinheiro, compramos faca de seringa, tijelinhas e um motor Brigg de 10 HP para o transporte. Assim começamos o trabalho de reorganizar nosso povo. (...) Pouco a pouco, fomos enfrentando os gerentes e arrendatários, até garantir nossa terra livre de todos os invasores.

Trouxemos para o Jordão muitos parentes que viviam espalhados pelos seringais e na cidade de Tarauacá. Quando começamos a cooperativa em 1978, éramos 350 Kaxinawás. Agora somos mais de 1000(...).

Um problema que tivemos de enfrentar era que ninguém sabia ler e escrever para organizar a contabilidade, anotar a produção dos fregueses e as mercadorias que consumiam. Pedimos apoio da Comissão Pró-Índio e muitos parentes foram estudar em Rio Branco. Hoje temos seis professores índios em nossa área (...) Aprendemos a ler e a escrever tanto em português como em nossa língua e sabemos um pouco de matemática para não sermos mais enganados em nossas transações comerciais nas cidades e vilas. (...) Formamos seis agentes de saúde (...).

E desse modo, continuamos a nossa luta, organizando nosso povo dentro de nossa área, atuando tanto na produção como na comercialização de nossa borracha, como na educação e assistência de saúde de nossa comunidade.

Slã Kaxinawá



Eu penso que o mundo é muita coisa

O mundo é terra, lua, sol.
Todas as estrelas são o mundo.
Dentro do mundo, da terra tem:
rios, florestas, animais,
homem, mulher, criança,
chuva, vento, frio, nuvem, quentura, fumaça,
roçado, relâmpago, trovão, raio,
dinheiro, carro, miséria,
rua, espingarda, cidade,
minério, fábrica, pedra.
O mundo é redondo.
Parece uma bola, chamado de globo terrestre.
A terra foi dividida em pedaços.
Cada pedaço é um país, um estado, uma nação.
Nele tem vários povos diferentes, pois o mundo é também população.
É negro, índio, branco. É brasileiro, japonês, americano, boliviano, peruano, canadense, espanhol e muitas outras nações.
O mundo é muita coisa que eu não sei contar.
O mundo é uma coisa sem fim.
Eu acho que o mundo é nossa vida.
O mundo é uma plantação. É a terra onde estamos plantando nós.
O mundo é muito grande. O mundo é gente pensando. Cada pessoa é um mundo.



A escola: uma experiência de autoria

A "escola do índio", viabilizada pela Comissão Pró-Índio do Acre através do projeto "Uma experiência de autoria", surgiu da necessidade de domínio dos códigos usados pela sociedade regional e nacional, na qual os índios têm participação econômica, social e política.

A nova escola possibilita ao índio negociar a produção no comércio municipal e discutir seus direitos com a Funai e os órgãos públicos de maneira menos desigual. "A escola indígena busca

assim uma síntese entre os conhecimentos do branco, que hoje lhes interessam, e os conhecimentos e valores do índio, em rápido processo de desvalorização e esquecimento", diz a presidente da CPI-AC, Nietta Monte.

Os cursos de formação resultaram na criação de livros didáticos, a cargo dos professores-índios. Hoje, o projeto conta com 15 materiais didáticos, escritos em português – traço comum entre os três grupos indígenas, Pano.

Aruak e Arawá –, bem como nas línguas indígenas. A meta é a revitalização destas línguas e da memória cultural e histórica dos grupos.

As cartilhas, produzidas e impressas em off-set no setor gráfico da CPI, são feitas e refeitas de acordo com as exigências do ensino na aldeia.

Ao lado delas, os professores-índios têm produzido outros materiais, como uma antologia de mitos Kaxinawás, em fase de pesquisa.

HISTÓRIAS DE ONTEM...

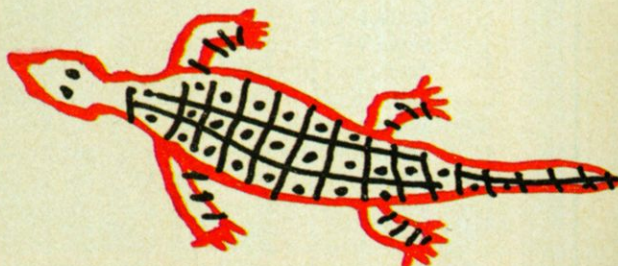
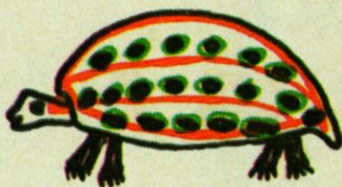
Por que nossos povos não vivem mais juntos?

Antigamente os nossos antepassados viviam todos juntos numa só aldeia. Até que um dia resolveram sair para procurar miçangas, dentes de macaco para os enfeites e óleo para pinturas do corpo. Ao chegarem perto de um igarapé bem largo, encontraram um jacaré que disse poder ajudar nossos antepassados atravessarem, em troca de matarem sua fome caçando para ele todos os animais que fossem encontrando. E assim eles puderam atravessar passando de um lado para o outro do igarapé, por cima do corpo do jacaré, em troca de muitas caças.

Mas como as caças começaram a escassear, nossos antepassados mataram um jacarezinho e levaram para o jacaré comer. O jacaré, com muita raiva por ver seu filho morto, vingou-se de nossa gente derrubando todos aqueles que passavam sobre ele.

E, deste dia em diante, nunca mais jacaré prestou serviços aos homens. E os nossos povos passaram a viver apartados uns dos outros pelas duas margens do igarapé."

História contada pelo Velho Sueiro - Kaxinawá do Rio Jordão



Nossa língua, nossa dança, nossa festa

Nossa cultura é

Nossa língua

Nossa dança

Nossa festa

Nossa cantiga

Nossa comida

Nossa medicina

Nossas histórias

Nossos mitos

Nossas brincadeiras

Nossa maneira de tratar os parentes,

de resolver nossos problemas, de

receber nosso povo. Nosso respeito

com os mais velhos. Nossa maneira

de viver com a floresta.

Nosso modo de viver em nossa aldeia,

de tratar nossas riquezas, de trabalhar

no roçado, de fazer nosso artesanato,

de caçar, pescar e colher nossas frutas.

É tudo que nós índios preservamos

para representar a nossa tribo, a nossa

nação, o nosso povo. São os costumes

de nossa vida e que ninguém pode

tomar da gente, porque está guardado

no coração e no pensamento.

Por isso ficamos felizes de ver nossos

filhos falando nossa língua. Ficamos

contentes de ver nossos filhos caçando

e pescando onde os antigos caçavam e

pescavam. Ficamos contentes de ver

nossos filhos contando histórias de

antigamente.

Essa é nossa cultura verdadeira. Não

queremos deixar ela acabar. Já

estamos diferentes. Se nossa cultura

acabar, seremos uma outra coisa. Que

não queremos ser.

E SEMPRE

Índio também tem seu direito

Índio tem direito de ficar com sua terra demarcada. Ele conhece as riquezas da terra dele. Tem caça, tem lago onde nós sempre pescamos para pegar peixe. Tem madeira de lei para serrar, tem nossas estradas de seringa, tem paxiúba que serve para assoalhar a nossa casa. Tem plantação do mato e os remédios que sempre servem para curar doenças dos índios. Tem nossa plantação de banana, mudubim, mandioca. Tem festa do mariri. Índio tem direito de fazer as festas deles, porque o branco faz festas dele. Índio também tem seu direito de aprender ler, escrever e tirar as quatro operações de conta para não serem enganados pelo patrão branco no peso da borracha e no acerto de contas e nos preços das mercadorias.

Por isso que nós estamos estudando. Para não sermos enganados por ninguém. E também nós estamos aprendendo para ensinar o nosso povo que ficou lá na aldeia. E nós queremos aprender curso de saúde. Como é que branco trata, como é que ele aplica injeção, essas coisas também o índio tem direito de aprender. Os índios também têm direito de fazer reunião dele para trabalhar junto.

E os índios não têm vergonha de falar sua própria língua dele. Eu sou índio Kaxinawá do rio Jordão.

Osair Sales Sian

